

(Em milhares de reais, exceto onde especificamente indicado de outra forma)

## **1. Contexto operacional**

A Companhia tem como objetivo principal a participação em outras sociedades, especialmente no setor de papel e celulose. A Companhia é uma sociedade anônima domiciliada no Brasil, e suas ações são registradas na B3 S.A. A sede social da Companhia está localizada na cidade de São Paulo-SP. A Companhia é controlada por membros da família Feffer.

## **2. Base de preparação e apresentação das demonstrações financeiras**

### **2.1. Base de preparação das demonstrações financeiras**

As demonstrações financeiras foram preparadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil incluindo os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e as normas internacionais de relatório financeiro (International Financial Reporting Standards (IFRS), emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB)).

As demonstrações financeiras foram preparadas utilizando o custo histórico como base de valor, exceto para os ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado ou resultado abrangente.

A Companhia afirma que todas as informações relevantes às suas demonstrações financeiras estão sendo evidenciadas, e que estas correspondem às utilizadas pela Administração para sua gestão.

A emissão das demonstrações financeiras foi aprovada pelo Conselho de Administração da Companhia em 28 de fevereiro de 2019.

### **2.2. Demonstração do valor adicionado (“DVA”)**

A Companhia elaborou a Demonstração do Valor Adicionado – DVA, como parte integrante das demonstrações financeiras, sendo requerida pela legislação societária brasileira e pelas práticas contábeis adotadas no Brasil, de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 – Demonstração do Valor Adicionado. As IFRS não requerem a apresentação desta demonstração, portanto, são consideradas como informações suplementares, sem prejuízo do conjunto das demonstrações financeiras.

### **2.3. Moeda funcional e moeda de apresentação**

A moeda funcional da Companhia é o Real sendo também sua moeda de apresentação.

(Em milhares de reais, exceto onde especificamente indicado de outra forma)

### **3. Principais práticas contábeis**

As demonstrações financeiras foram preparadas com práticas contábeis consistentes com aquelas utilizadas na elaboração das demonstrações financeiras anuais de 31 de dezembro de 2017, mesmo com a aplicação dos novos pronunciamentos contábeis a partir de 1º de janeiro de 2018, não houve impacto nas demonstrações financeiras, conforme já esperado e mencionado nas demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2017.

#### **3.1. Práticas contábeis adotadas**

##### **3.1.1. Ativos e passivos financeiros**

###### **a) Visão geral:**

Os instrumentos financeiros são reconhecidos a partir da data em que a Companhia se torna parte das disposições contratuais dos instrumentos financeiros. Inicialmente são registrados ao seu valor justo acrescido dos custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão, exceto no caso de ativos e passivos financeiros classificados na categoria ao valor justo por meio do resultado, onde tais custos são diretamente lançados na demonstração do resultado. Sua mensuração subsequente ocorre a cada data de balanço de acordo com as regras estabelecidas para cada tipo de classificação de ativos e passivos financeiros.

A Companhia não adota o hedge accounting previsto nos CPC 48.

###### **b) Ativos financeiros:**

Classificação e mensuração

A Companhia classifica seus ativos financeiros nas seguintes categorias: (a) custo amortizado, (b) ao valor justo por meio do resultado e (c) ao valor justo por meio do resultado abrangente. A classificação depende da finalidade para a qual os ativos financeiros foram adquiridos, conforme explicado abaixo:

###### **i) Custo amortizado**

Os ativos financeiros mantidos pela Companhia são: (i) para receber o fluxo de caixa contratual e não para a venda com realização de lucros e perdas; e (ii) cujos termos contratuais originam, em datas específicas, fluxos de caixa de pagamentos de principal e juros sobre o valor do principal em aberto.

Inclui basicamente o saldo de caixa e equivalentes de caixa. Quaisquer alterações são reconhecidas no resultado em "Receitas financeiras" ou "Despesas financeiras", dependendo do resultado.

(Em milhares de reais, exceto onde especificamente indicado de outra forma)

ii) Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado

Incluem ativos financeiros mantidos para negociação e ativos designados no reconhecimento inicial ao valor justo por meio do resultado e derivativos. São classificados como mantidos para negociação se originados com o propósito de venda ou recompra no curto prazo. A cada data de balanço são mensurados pelo seu valor justo. Os juros, correção monetária, variação cambial e as variações decorrentes da avaliação ao valor justo são reconhecidos no resultado, quando incorridos, na rubrica de Receitas ou Despesas financeiras.

iii) Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado abrangente

Incluem ativos financeiros patrimoniais (participações societárias). A cada data de balanço são mensurados pelo seu valor justo. A variação no valor justo dessas participações é reconhecida no resultado abrangente e, por opção irrevogável da Companhia, os valores acumulados são mantidos no patrimônio líquido em conta de ajuste de avaliação patrimonial, e não serão realizados contra o resultado, mesmo na alienação ou perda.

**c) Passivos Financeiros:**

São classificados entre as categorias abaixo, de acordo com a natureza dos instrumentos financeiros contratados ou emitidos:

i) Passivos financeiros mensurados ao custo amortizado: Passivos financeiros não derivativos que não são usualmente negociados antes do vencimento. Após o reconhecimento inicial são mensurados pelo custo amortizado pelo método da taxa efetiva de juros. Os juros, atualização monetária e variação cambial, quando aplicáveis, são reconhecidos no resultado, quando incorridos.

ii) Passivos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado: Incluem passivos financeiros usualmente negociados antes do vencimento, passivos designados no reconhecimento inicial ao valor justo por meio do resultado e derivativos. A cada data de balanço são mensurados pelo seu valor justo. Os juros, atualização monetária, variação cambial e as variações decorrentes da avaliação ao valor justo, quando aplicáveis, são reconhecidos no resultado, quando incorridos.

**3.1.2. Caixa e equivalentes de caixa**

Caixa e equivalentes de caixa abrangem saldos mantidos em caixa, bancos e investimentos financeiros com vencimento original inferior a 90 dias a partir da data da contratação, os quais estão sujeitos a um risco insignificante de alteração no seu valor.

**3.1.3. Imposto de renda e contribuição social**

O imposto de renda e a contribuição social do exercício são apurados em bases corrente e diferida. Estes tributos são calculados com base nas leis tributárias vigentes na data do balanço e reconhecidos na demonstração do resultado, exceto quando se referem a itens registrados no patrimônio líquido.

(Em milhares de reais, exceto onde especificamente indicado de outra forma)

Os ativos e passivos fiscais diferidos são compensados caso haja um direito legal de compensar passivos e ativos fiscais correntes, e eles se relacionam a impostos de renda lançados pela mesma autoridade tributária sobre a mesma entidade sujeita à tributação. Um ativo de imposto de renda e contribuição social diferido é reconhecido por perdas fiscais, créditos fiscais e diferenças temporárias dedutíveis não utilizados quando é provável que lucros futuros sujeitos à tributação estarão disponíveis e contra os quais serão utilizados.

Ativos de imposto de renda e contribuição social diferido são revisados a cada data de balanço e serão reduzidos na medida em que sua realização não seja mais provável.

#### **3.1.4. Outros ativos e passivos**

Um passivo é reconhecido quando a Companhia possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para liquidá-lo.

Outros ativos são reconhecidos somente quando for provável que seus benefícios econômicos futuros serão gerados em favor da Companhia e seu custo ou valor puder ser mensurado com segurança. Ativos contingentes não são reconhecidos.

Os ativos e passivos são classificados como circulantes quando sua realização ou liquidação é provável que ocorra nos próximos doze meses. Caso contrário, são demonstrados como não circulantes.

#### **3.1.5. Nova norma aplicada**

A Companhia adotou a IFRS 9 (CPC 48) Instrumentos Financeiros desde 1º de janeiro de 2018, o que resultou na atualização nas práticas contábeis, no entanto, do ponto de vista prático, não houve impacto material ou ajustes devido à nova norma, exceto a opção irrevogável de ter os ativos financeiros patrimoniais mensurados ao valor justo contra o resultado abrangente, como descrito abaixo.

O IFRS 9 (CPC 48) substitui as disposições do IAS 39 que se referem ao reconhecimento, classificação e mensuração de ativos e passivos financeiros, desreconhecimento de instrumentos financeiros, redução ao valor recuperável de ativos financeiros e contabilidade de *hedge*.

O método de transição adotado pela Companhia foi o modelo de transição retrospectivo com modificação, do qual, o respectivo pronunciamento passa a ter efeito no balanço da Companhia a partir da data de vigoração, no caso, 1º de janeiro de 2018, e os números comparativos não são alterados para refletir a prática contábil adotada pela Companhia.

Do ponto de vista prático, as mudanças podem ser assim resumidas:

- o caixa e equivalentes de caixa passam a integrar a categoria de ao custo amortizado, enquanto em 2017 estavam como “empréstimos e recebíveis”, sem alteração nas mensurações iniciais e subsequentes;
- os investimentos patrimoniais, que em 2017 eram classificados como “disponíveis para venda”, passam a ser classificados em 2018 na categoria de “ao valor justo por

(Em milhares de reais, exceto onde especificamente indicado de outra forma)

meio do resultado abrangente”. A única diferença entre as duas práticas é que, a partir do ano de 2018, em caso de alienação ou impairment, os valores acumulados no patrimônio líquido (ajuste de avaliação patrimonial), não são realizados para o resultado. Até 2017, se houvesse a alienação, por exemplo, o valor teria sido realizado contra o resultado.

De acordo com o IFRS 9, a Companhia deve avaliar a opção de mensurar os ativos financeiros, especialmente os patrimoniais, ao valor justo por meio do resultado ou mensurar, de maneira irrevogável, os ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado abrangente. Embora essa mudança não altere a mensuração ao valor justo, por conta das opções quanto à contrapartida das variações do valor justo, a Companhia optou em mensurar os ativos financeiros, especialmente os patrimoniais, de maneira irrevogável, ao valor justo por meio do resultado abrangente (nota explicativa nº 8).

### **3.2. Novas normas, revisões e interpretações ainda não vigentes**

Foram emitidas e aprovadas as seguintes normas/interpretações contábil pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), as quais ainda não estão vigentes e a Companhia não adotou de forma antecipada para a preparação destas demonstrações financeiras. As novas normas estão abaixo apresentadas:

- i) CPC 06 (R2) (IFRS 16) - Operações de arrendamento mercantil
- ii) IFRIC 23 - Incerteza sobre Tratamentos de Impostos sobre o Lucro

A Companhia avaliou as mudanças introduzidas por esta novas normas e com base nas análises realizadas, não identificou mudanças que produzam impacto em suas demonstrações financeiras.

## **4. Caixa e equivalentes de caixa**

|                        | <u>31/12/2018</u> | <u>31/12/2017</u> |
|------------------------|-------------------|-------------------|
| Aplicações financeiras | <u>83</u>         | <u>2.129</u>      |

Os equivalentes de caixa referem-se a aplicações financeiras em operações compromissadas com liquidez imediata. Em 31 de dezembro de 2018, estas aplicações eram remuneradas à taxa média de 93,0% (73,4%, em 31 de dezembro de 2017) do Certificado de Depósito Interfinanceiro – CDI.

(Em milhares de reais, exceto onde especificamente indicado de outra forma)

## 5. Aplicações financeiras

|  | <u>31/12/2018</u>   | <u>31/12/2017</u> |
|--|---------------------|-------------------|
| <b>Ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado mantidos para negociação</b> |                     |                   |
| Fundos de Investimento   | <u><b>2.194</b></u> | <u>-</u>          |

Os fundos de investimento alocam os recursos em instrumentos de renda fixa, diversificados entre títulos de instituições privadas e títulos públicos, são remunerados a uma taxa entre 98,3% e 108,4% do CDI em 31 de dezembro de 2018.

A qualidade de crédito é avaliada mediante referência às classificações externas de crédito. As aplicações financeiras estão operacionalizadas no Banco Itaú Unibanco, Instituição Financeira classificada com o Rating “brAAA” pelas agências Fitch e Standard & Poor's.

## 6. Partes relacionadas

Em 31 de dezembro de 2018 e 2017 a Companhia tinha dividendos propostos a pagar no montante de R\$ 74 e R\$ 130 respectivamente.

Os dividendos recebidos, cuja contrapartida é o resultado do exercício estão demonstrados a seguir:

|   | <u>31/12/2018</u> | <u>31/12/2017</u> |
|---|-------------------|-------------------|
| Dividendos recebidos da Suzano Papel e Celulose S.A.                  | <b>124</b>        | 225               |
| Juros sobre capital próprio recebidos da Suzano Papel e Celulose S.A. | -                 | 118               |
| Dividendos recebidos da Suzano Holding S.A.                           | <b>175</b>        | 208               |
| Juros sobre capital próprio recebidos da Suzano Holding S.A.          | -                 | 26                |
|   | <u><b>299</b></u> | <u>577</u>        |

A Companhia não remunerou o seu Conselho de Administração e a sua Diretoria nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017, uma vez que a remuneração é suportada por outras sociedades controladas pelos acionistas da Companhia, das quais os administradores integram o Conselho de Administração e/ou a Diretoria.

## 7. Imposto de renda e contribuição social correntes e diferidos

### a) Conciliação da despesa de imposto de renda e contribuição social

A conciliação da despesa calculada pela aplicação das alíquotas fiscais nominais combinadas e da despesa de imposto de renda e contribuição social registrada no resultado está demonstrada abaixo:

(Em milhares de reais, exceto onde especificamente indicado de outra forma)

|  | 31/12/2018 | 31/12/2017  |
|--|------------|-------------|
| Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social               | 312        | 568         |
| Alíquota fiscal combinada  | 24%        | 24%         |
| Imposto de renda e contribuição social pela alíquota fiscal            | (75)       | (142)       |
| Compensação de prejuízos fiscais limitado a 30% do lucro fiscal        | 3          | 11          |
| Dividendos recebidos   | 73         | 108         |
|  | <u>1</u>   | <u>(23)</u> |
| <b>Imposto de renda</b>  |            |             |
| Corrente   | (3)        | (14)        |
| Diferido   | 4          | (1)         |
|  | <u>1</u>   | <u>(15)</u> |
| <b>Contribuição social</b>   |            |             |
| Corrente   | (2)        | (8)         |
| Diferido   | 2          | -           |
|  | <u>-</u>   | <u>(8)</u>  |
| Despesas de imposto de renda e contribuição social nos exercícios      | <u>1</u>   | <u>(23)</u> |
| Alíquota efetiva da despesa com imposto de renda e contribuição social | -          | 4,05%       |

O imposto de renda e a contribuição social diferidos sobre o ajuste de avaliação patrimonial referente ao valor justo dos instrumentos financeiros disponíveis para venda foram calculados pela alíquota de 34% e não transitaram pelo resultado do exercício, e estão apresentados nas demonstrações do resultado abrangente.

## b) Imposto de renda e contribuição social diferidos

O imposto de renda e a contribuição social diferidos têm a seguinte origem:

|   | 31/12/2018    | 31/12/2017   |
|---|---------------|--------------|
| <b>Imposto de renda</b>                               |               |              |
| Créditos sobre prejuízos fiscais                      | 834           | 836          |
| Créditos sobre diferenças temporárias                 | 5             | -            |
|   | <u>839</u>    | <u>836</u>   |
| <b>Contribuição social</b>                            |               |              |
| Créditos sobre bases negativas da contribuição social | 583           | 531          |
| Créditos sobre diferenças temporárias                 | 2             | -            |
|   | <u>585</u>    | <u>531</u>   |
| <b>Total ativo</b>                                    | <u>1.424</u>  | <u>1.367</u> |
| <b>Imposto de renda</b>                               |               |              |
| Atualização dos ativos financeiros ao valor justo     | 10.794        | 4.915        |
| <b>Contribuição social</b>                            |               |              |
| Atualização dos ativos financeiros ao valor justo     | 3.886         | 1.770        |
| <b>Total passivo</b>                                  | <u>14.680</u> | <u>6.685</u> |
| <b>Total líquido passivo não circulante</b>           | <u>13.256</u> | <u>5.318</u> |

(Em milhares de reais, exceto onde especificamente indicado de outra forma)

### c) Prejuízos fiscais e bases negativas a compensar

Os prejuízos fiscais do imposto de renda e as bases negativas da contribuição social, em 31 de dezembro de 2018, totalizaram R\$ 3.337 e R\$ 6.478, respectivamente, (R\$ 3.346 e R\$ 6.488 em 31 de dezembro de 2017).

## 8. Títulos e valores mobiliários

O saldo dessa conta encontra-se representado por ações das empresas Suzano Papel e Celulose S.A. e Suzano Holding S.A. O valor de mercado desses títulos e valores mobiliários baseia-se em cotação de preços obtida na data de cada balanço, como abaixo.

|                              | Quant. Ações | Tipo | 31/12/2018 |        |        | 31/12/2017 |        |        |
|------------------------------|--------------|------|------------|--------|--------|------------|--------|--------|
|                              |              |      | Principal  | Ajuste | Saldo  | Principal  | Ajuste | Saldo  |
| Suzano Papel e Celulose S.A. | 643.450      | ON   | 675        | 23.828 | 24.503 | 675        | 11.351 | 12.026 |
| Suzano Holding S.A.          | 267.787      | PN   | 2.329      | 19.348 | 21.677 | 2.329      | 8.310  | 10.639 |
|                              |              |      | 3.004      | 43.176 | 46.180 | 3.004      | 19.661 | 22.665 |

De acordo com o CPC 48 (IFRS 9), a Companhia optou em mensurar os ativos financeiros, especialmente os patrimoniais, de maneira irrevogável, ao valor justo por meio do resultado abrangente.

Em 2018, não ocorreram movimentações de compra, venda ou subscrição de ações desses investimentos, tampouco mudança na hierarquia da determinação do valor justo, como descrito nas últimas demonstrações anuais.

### Compromisso de Voto e assunção de obrigações

Em 15 de março de 2018, foi celebrado pela Suzano Holding S.A., em conjunto com os demais acionistas controladores da Suzano Papel e Celulose S.A. "SPC" (em conjunto, os "Acionistas Controladores da SPC"), e pelos acionistas controladores da Fibria Celulose S.A. ("Fibria" e, em conjunto com a SPC, as "Companhias"), a Votorantim S.A. e o BNDES Participações S.A. – BNDESPAR ("BNDESPAR") (em conjunto, os "Acionistas Controladores da Fibria"), com interveniência e anuência da SPC, o Compromisso de Voto e Assunção de Obrigações, pelo qual os Acionistas Controladores da SPC e os Acionistas Controladores da Fibria acordaram exercer seus votos para combinar as operações e bases acionárias da SPC e da Fibria, mediante a realização de reorganização societária.

Em 29 de novembro de 2018 ocorreu a aprovação da transação pela autoridade da concorrência na União Européia, última autoridade da qual a SPC precisava ter aprovação.

Em janeiro de 2019, a SPC completou o processo de reorganização societária que resultou no controle integral do capital social da Fibria. Após essa transação, considerando que parte da contraprestação foi feita pela SPC por meio de emissão de novas ações, a Companhia passou a deter 0,05 % do capital total da SPC.



(Em milhares de reais, exceto onde especificamente indicado de outra forma)

## 9. Patrimônio líquido

### **Capital Social**

Em 31 de dezembro de 2018 e 2017 o capital social da Companhia era de R\$ 3.000, composto de 34.000 ações ordinárias e 40.000 ações preferenciais, sem valor nominal, detidas basicamente por pessoas físicas residentes no país. O estatuto social estabelece a formação de uma reserva especial destinada a futuro aumento de capital, no montante de 90% do valor que remanescer após a apropriação da reserva legal e alocação dos dividendos, limitada a 80% do capital social, com a finalidade de assegurar adequadas condições operacionais. O saldo remanescente poderá ser destinado à Reserva Estatutária Especial com a finalidade de garantir a continuidade da distribuição de dividendos, limitada a 20% do capital.

Em 21 de dezembro de 2017 a Assembleia Geral Extraordinária aprovou a conversão de 40.000 ações ordinárias da Companhia em 40.000 ações preferenciais.

### **Ajuste de Avaliação Patrimonial**

Os ganhos e perdas dos investimentos classificados como ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado abrangente, são registrados na rubrica de Outros Resultados Abrangentes.

### **Dividendos**

O estatuto social da Companhia estabelece um dividendo mínimo de 25%, calculado sobre o lucro líquido anual, ajustado na forma prevista pelo artigo 202 da Lei nº 6.404/76. Aos detentores das ações preferenciais é assegurado um dividendo 10% superior ao das ações ordinárias.

### **Dividendos propostos no exercício**

O cálculo dos dividendos propostos pela Administração, sujeito à aprovação na Assembleia Geral Ordinária, está demonstrado abaixo:

#### **Dividendos**

|   | <b>31/12/2018</b> | <b>31/12/2017</b> |
|---|-------------------|-------------------|
| Lucro líquido do exercício                      | <b>313</b>        | <b>545</b>        |
| Reserva legal                                   | <b>(16)</b>       | <b>(27)</b>       |
|   | <b>297</b>        | <b>518</b>        |
| <br>Dividendo mínimo obrigatório proposto - 25% | <br><b>74</b>     | <br><b>130</b>    |
| <br>Dividendos propostos                        | <br><b>74</b>     | <br><b>130</b>    |

(Em milhares de reais, exceto onde especificamente indicado de outra forma)

## 10. Lucro por ação

### a) Básico e diluído

O lucro básico por ação é calculado mediante a divisão do lucro atribuível aos acionistas da Companhia, pela quantidade média ponderada de ações ordinárias e preferenciais.

|  | 31/12/2018 |               |        |
|--|------------|---------------|--------|
|  | Ordinárias | Preferenciais | Total  |
| Lucro atribuível aos acionistas                                | 136        | 177           | 313    |
| Quantidade média ponderada da quantidade de ações do exercício | 34.000     | 40.000        | 74.000 |
| Lucro básico e diluído por ação                                | 4,01282    | 4,41410       |        |

  

|  | 31/12/2017 |               |        |
|--|------------|---------------|--------|
|  | Ordinárias | Preferenciais | Total  |
| Lucro atribuível aos acionistas                                | 535        | 10            | 545    |
| Quantidade média ponderada da quantidade de ações do exercício | 72.795     | 1.205         | 74.000 |
| Lucro básico e diluído por ação                                | 7,35289    | 8,08818       |        |

À Companhia não apresenta ações potenciais que provocariam diluição. Por isso o lucro diluído por ação é o mesmo que o básico.

## 11. Resultado financeiro, líquido

|  | 31/12/2018 | 31/12/2017 |
|--|------------|------------|
| Despesas financeiras                   |            |            |
| Despesas com administração de ações    | (9)        | (6)        |
| Receitas financeiras                   |            |            |
| Atualizações monetárias                | 23         | 29         |
| Rendimentos das aplicações financeiras | 127        | 162        |
| Resultado financeiro líquido           | 141        | 185        |

## 12. Despesas gerais e administrativas

|                         | 31/12/2018 | 31/12/2017 |
|-------------------------|------------|------------|
| Anúncios e publicações  | (52)       | (58)       |
| Taxas da CVM            | (54)       | (64)       |
| Auditoria               | (18)       | (19)       |
| Honorários advocatícios | -          | (50)       |
| Outras despesas         | (4)        | (3)        |
|                         | (128)      | (194)      |